



312  
70

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

*Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti*

---

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO Nº 0000385-12.2014.8.17.0000 (0324994-5)**

**AGRAVANTE(S):** ELIZANGELA MARIA ALVES

**AGRAVADO(S):** INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL- INSS

**RELATOR:** DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

**EMENTA:** PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO DOENÇA ACIDENTÁRIO. PROVA SUFICIENTE DA PERMANÊNCIA DA INCAPACIDADE LABORAL. SUSPENSÃO DE PERÍCIA JUDICIAL. DESCABIMENTO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO INDEFERIDO. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- Trata-se de agravo de instrumento com pedido de antecipação da tutela recursal, onde a agravante se insurge contra a decisão proferida na ação nº 092180-33.2013.8.17.0001, pelo juízo da 1ª Vara de Acidentes do Trabalho da Capital, que indeferiu o pedido de restabelecimento de auxílio-doença suspenso.

- O pedido é para que o auxílio-doença nº 541.962.797-0 seja restabelecido, e suspensa a realização de perícia judicial.

- De logo me pronuncio sobre o pedido de reconsideração formulado às fls. 288/292 dos autos, rejeitando-o e mantendo os termos da decisão de fls. 268/270.

- A decisão recorrida, simplesmente aponta para a ausência dos requisitos necessários à concessão da antecipação da tutela, sob o fundamento de que os laudos juntados pela agravante, com datas aproximadas de setembro/2010 até junho/2013, não são tão contemporâneos. Conforme prescreve o art. 273 do CPC, o Juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que: (a) exista prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação; e (b) haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

-No caso em tela, existem documentos acostados ao feito que atestam a inaptidão da agravante para exercer suas atividades laborais, por isso tendo sido a mesma afastada da atividade laborativa e beneficiada pela concessão de auxílio-doença. A agravante acosta aos autos diversos laudos médicos (fl. 93-140), inclusive, o ASO (atestado de saúde ocupacional, em 07/03/2013, fl. 82), dando-a por inapta para o trabalho. Ainda, considero demonstrado nos autos que após o cancelamento do benefício e no curso da ação, a segurada comprova que ainda

323  
20

encontra-se inapta para o trabalho. Tanto assim quando se vê o documento de fls. 238, e de onde extrai-se: "... omissis... **DIANTE DESSE QUADRO, NÃO VEJO CONDIÇÕES DE EXERCER SUAS ATIVIDADE LABORAIS POR TEMPO INDETERMINADO...omissis...**" Máxime, considerando que, dentre os documentos médicos acostados, estão alguns subscritos em receituário da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco e portanto sendo hábeis a comprovar inequivocamente – até que desconstituídos por perícia oficial judicial – a verossimilhança das alegações da agravante. Deve-se considerar nesse sentido a pré-existência de entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça, em decisão da 8ª Câmara Cível: **EMENTA: DIREIRO PREVIDENCIÁRIO. REABERTURA DO AUXILIO DOENÇA ACIDENTARIO. AGRAVADA QUE NÃO TEM CAPACIDADE DE EXERCER ATIVIDADES LABORAIS. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO.** Precipitou-se a autarquia agravante em cancelar o benefício auxílio doença acidentário, espécie 91, sob o argumento de que a incapacidade da obreira havia cessado, quando consta dos autos atestado médico em sentido contrário. Embora o atestado juntado pela agravada seja firmado por médico particular e esteja em confronto com o laudo avaliatório da autarquia previdenciária, deve-se levar em consideração que, havendo divergência entre os laudos periciais com referencia a capacidade laborativa do segurado, deve ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, face este ser hipossuficiente em relação ao órgão previdenciário...omissis..." (Agravado de Instrumento. 8ª Câmara Cível. Relator: Des Ricardo de Oliveira Paes Barreto. Julgado em 10.12.2009. Também no mesmo sentido temos decisão no Agravado de Instrumento AG 198944 PE 001200800062092 (TJPE), publicado em 25.02.2010: Ementa: **PREVIDENCIÁRIO. RESTAURAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS.** 1.No caso em apreço, afigura-se no mínimo precipitado o cancelamento do auxílio-doença percebido pelo agravado, haja vista o teor dos atestados de fls. 17/51, os quais, conquanto firmados por médicos particulares e confrontantes com o laudo avaliatório da autarquia agravante, mostram-se suficientes para demonstrar a verossimilhança das alegações, dada a situação de hipossuficiência do trabal...

-Quanto à pretensão para que seja suspensa a pericial judicial determinada, tenho a considerar o entendimento que a seguir colaciono e adoto: **ACIDENTE DE TRABALHO. AUXÍLIO ACIDENTÁRIO. NOVA PERÍCIA. NECESSIDADE.** É indispensável que a prova pericial ateste a real condição de saúde do segurado, para fins de concessão do respectivo benefício. Assim, havendo evidente contradição entre a prova pericial e os exames trazidos aos autos, impõe-se a renovação da prova. **APELAÇÃO PROVIDA. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA.** (TJ-RS - AC: 70050502467 RS, Relator: Túlio de Oliveira Martins, Data de Julgamento: 29/11/2012, Décima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 14/02/2013).

**- Recurso de agravo parcialmente provido. Decisão unânime.**

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravado de Instrumento nº **0000385-12.2014.8.17.0000** (0324994-5), em que figuram como agravante **ELIZANGELA MARIA ALVES** e como agravado **INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL**

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em conhecer, e dar parcial provimento ao recurso, na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, 06 de 06 de 2014.

  
Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti**

---

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO Nº 0000385-12.2014.8.17.0000 (0324994-5)**

**AGRAVANTE(S): ELIZANGELA MARIA ALVES**

**AGRAVADO(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL- INSS**

**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**RELATÓRIO**

Trata-se de agravo de instrumento com pedido de antecipação da tutela recursal, onde a agravante se insurge contra a decisão proferida, na ação nº 092180-33.2013.8.17.0001, pelo juízo da 1ª Vara de Acidentes do Trabalho da Capital e que indeferiu o pedido de restabelecimento de auxílio-doença suspenso.

A recorrente aduz em sua inicial que há muito vem sofrendo com patologias que relaciona a uma queda que sofreu ao retornar do trabalho para sua residência, no final do expediente (CID-10: M54.2, M51.1, M75.9, G56.0, M79.6, M79.0, M75.1, G43, F41.9, M75.9, M65.9), em 11/07/2010.

Alega ainda que desde agosto de 2010 (dois mil e dez) até janeiro de 2013 (dois mil e treze) encontrou-se integralmente em benefício de auxílio-doença em razão da impossibilidade de exercer qualquer função laborativa.

Por último, aduz que o INSS, após realização de perícia médica, concluiu que a mesma estaria apta ao exercício de suas funções, e cancelou o auxílio-doença previdenciário de nº 541.962.797-0, recebido pela agravada.

Ao final, requereu o efeito suspensivo ao presente recurso para restabelecimento do auxílio doença e suspensão da determinada perícia judicial.

Autos conclusos após a distribuição, recebeu decisão interlocutória que concedeu parcialmente a tutela pretendida somente para o restabelecimento do benefício.

Formulado pedido de reconsideração e apresentadas contrarrazões.

Parecer da Douta Procuradoria de Justiça Cível, por sua representante, pelo provimento do recurso.

É o que de importante se tem a relatar. Inclua-se em pauta.

Recife, 28 de 07 de 2014.

**Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti**  
Relator

314  
20



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
*Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti*

---

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO Nº 0000385-12.2014.8.17.0000 (0324994-5)**

**AGRAVANTE(S):** ELIZANGELA MARIA ALVES

**AGRAVADO(S):** INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL- INSS

**RELATOR:** DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

**VOTO**

Trata-se de agravo de instrumento com pedido de antecipação da tutela recursal, onde a agravante se insurge contra a decisão proferida na ação nº 092180-33.2013.8.17.0001, pelo juízo da 1ª Vara de Acidentes do Trabalho da Capital, que indeferiu o pedido de restabelecimento de auxílio-doença suspenso.

O pedido é para que o auxílio-doença nº 541.962.797-0 seja restabelecido, e suspensão a realização de perícia judicial.

De logo me pronuncio sobre o pedido de reconsideração formulado às fls. 288/292 dos autos, rejeitando-o e mantendo os termos da decisão de fls. 268/270.

A decisão recorrida, simplesmente aponta para a ausência dos requisitos necessários à concessão da antecipação da tutela, sob o fundamento de que os laudos juntados pela agravante, com datas aproximadas de setembro/2010 até junho/2013, não são tão contemporâneos.

Conforme prescreve o art. 273 do CPC, o Juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que: (a) exista prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação; e (b) haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

No caso em tela, existem documentos acostados ao feito que atestam a inaptidão da agravante para exercer suas atividades laborais, por isso tendo sido a mesma afastada da atividade laborativa e beneficiada pela concessão de auxílio-doença.

A agravante acosta aos autos diversos laudos médicos (fl. 93-140), inclusive, o ASO (atestado de saúde ocupacional, em 07/03/2013, fl. 82), dando-a por inapta para o trabalho.

Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador

315  
20

Ainda, considero demonstrado nos autos que após o cancelamento do benefício e no curso da ação, a segurada comprova que ainda encontra-se inapta para o trabalho. Tanto assim quando se vê o documento de fls. 238, e de onde extrai-se: "... omissis... **DIANTE DESSE QUADRO, NÃO VEJO CONDIÇÕES DE EXERCER SUAS ATIVIDADE LABORAIS POR TEMPO INDETERMINADO...omissis...**"

Máxime, considerando que, dentre os documentos médicos acostados, estão alguns subscritos em receituário da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco e portanto sendo hábeis a comprovar inequivocamente – até que desconstituídos por perícia oficial judicial – a verossimilhança das alegações da agravante.

Deve-se considerar nesse sentido a pré-existência de entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça, em decisão da 8ª Câmara Cível:

**EMENTA: DIREIRO PREVIDENCIÁRIO. REABERTURA DO AUXILIO DOENÇA ACIDENTARIO. AGRAVADA QUE NÃO TEM CAPACIDADE DE EXERCER ATIVIDADES LABORAIS. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. Precipitou-se a autarquia agravante em cancelar o benefício auxílio doença acidentário, espécie 91, sob o argumento de que a incapacidade da obreira havia cessado, quando consta dos autos atestado médico em sentido contrário.

2. Embora o atestado juntado pela agravada seja firmado por médico particular e esteja em confronto com o laudo avaliatório da autarquia previdenciária, deve-se levar em consideração que, havendo divergência entre os laudos periciais com referencia a capacidade laborativa do segurado, deve ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, face este ser hipossuficiente em relação ao órgão previdenciário...omissis..."( Agravo de Instrumento. 8ª Câmara Cível. Relator: Des Ricardo de Oliveira Paes Barreto. Julgado em 10.12.2009.

Também no mesmo sentido temos decisão no Agravo de Instrumento AG 198944 PE 001200800062092 (TJPE), publicado em 25.02.2010:

**Ementa: PREVIDENCIÁRIO. RESTAURAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS. 1.No caso em apreço, afigura-se no mínimo precipitado o cancelamento do auxílio-doença percebido pelo agravado, haja vista o teor dos atestados de fls. 17/51, os quais, conquanto firmados por médicos particulares e confrontantes com o laudo avaliatório da autarquia agravante, mostram-se suficientes para demonstrar a verossimilhança das alegações, dada a situação de hipossuficiência do trabal...**

Restam portanto caracterizados os pressupostos para a concessão em antecipação de tutela do restabelecimento do auxílio doença.

Quanto à pretensão para que seja suspensa a pericial judicial determinada, tenho a considerar o entendimento que a seguir colaciono e adoto:

**ACIDENTE DE TRABALHO. AUXÍLIO ACIDENTÁRIO. NOVA PERÍCIA. NECESSIDADE.** É indispensável que a prova pericial ateste a real condição de saúde do segurado, para fins de concessão do respectivo benefício. Assim, havendo evidente contradição entre a prova pericial e os exames trazidos aos

316  
70

autos, impõe-se a renovação da prova. APELAÇÃO PROVIDA. SENTENÇA  
DESCONSTITUÍDA. (TJ-RS - AC: 70050502467 RS, Relator: Túlio de Oliveira  
Martins, Data de Julgamento: 29/11/2012, Décima Câmara Cível, Data de  
Publicação: Diário da Justiça do dia 14/02/2013)

Diante de todo exposto, voto pelo **PARCIAL PROVIMENTO** do  
presente recurso, confirmando a tutela antecipada concedida liminarmente, e  
determinando ao agravado que no prazo de 48h restabeleça o benefício auxílio  
doença, sob pena de multa diária que arbitro no valor de R\$ 500,00  
(quinhentos reais), indeferindo a pretendida suspensão da determinada perícia  
judicial.

Publique-se e intime-se.

Recife, 06 de 06 de 2014

  
Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti  
Relator